

Informação à Imprensa

Relatório de Carlos Coelho sobre Schengen acusa Estados-Membros de incumprimento

Estrasburgo, 30-05-2018

www.carloscoelho.eu

Foi hoje aprovado, em sessão plenária, o **primeiro relatório anual sobre o Estado de Schengen**, do qual **Carlos Coelho** é relator.

O Relator, após a votação, sublinhou que “os **Estados-Membros estão a ser levianos** e a **introduzir ilegalmente controlos nas fronteiras internas**”. É a primeira vez que uma Instituição Europeia o diz claramente e repreende os Estados-Membros por isso.

O Social-democrata lembrou ainda que “a **utilização abusiva do Sistema de Informação de Schengen (SIS) pelo Reino Unido terá impacto na sua futura relação com a União Europeia no âmbito da Segurança**.”

Carlos Coelho deixou, ainda, um alerta sobre “a **falta de recursos humanos e financeiros das Comissões Nacionais de Protecção de Dados**, que tenderá a piorar com as responsabilidades acrescidas pelo novo Regulamento Geral de Protecção de Dados. O mesmo se diga dos **Gabinetes SIRENE**, essenciais ao funcionamento do SIS. E aqui, também Portugal não é um bom exemplo”.

Este Relatório aprovado pelo Parlamento Europeu é consequência da Task Force para Schengen presidida por Carlos Coelho. Esta estrutura teve acesso a informação classificada, analisou os resultados do Sistema de Avaliação de Schengen, ouviu técnicos e especialistas e debruçou-se sobre todos os aspectos ligados a estas avaliações: Fronteiras rodoviárias, aéreas, marítimas e fluviais, fronteiras internas, Protecção de dados, utilização do Sistema de Informação de Schengen, Política de Vistos, Retorno e Cooperação policial e judicial.

Consulte [aqui](#) o texto da intervenção de Carlos Coelho no debate que precedeu a votação do relatório e assista [aqui](#) ao vídeo.

Pode consultar o relatório apresentado por Carlos Coelho [aqui](#).

Carlos Coelho, é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) e membro suplente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)